

RECORTES DA HISTÓRIA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA – O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ¹⁸

Feneide Gimenez Milan

A história é conjuntamente liberdade e necessidade. As instituições em cujo desenvolvimento e em cuja atividade a história se encarna, surgiram e se mantiveram porque têm uma tarefa e uma missão a realizar (Antônio Gramsci).

AOBRA, lançada por ocasião das comemorações dos trinta anos da Universidade Estadual de Maringá (UEM), reúne oito textos, escritos por diferentes autores que, à exceção do último, de Demerval Saviani, tiveram como preocupação central analisar os aspectos da organização e funcionamento dessa universidade, pensada no contexto do Paraná, como unidade da formação econômico-social brasileira e analisada como um dos componentes do processo mais amplo de expansão do ensino superior no Brasil, em especial o ensino superior público.

Em seu texto *Problemas e Perspectivas da Universidade Pública Brasileira Hoje*, Saviani aborda os problemas e perspectivas da universidade pública brasileira na atualidade. O conteúdo é fruto de uma conferência proferida na própria UEM e que decorreu de estudos que vinha realizando sobre a política educacional do governo federal, que não tem a educação como prioridade política.

A importância da inclusão desse texto, que não trata especificamente da UEM, está no fato de que as universidades públicas brasileiras encontram-se ameaçadas, pela não inclusão no rol das atribuições do governo federal da sua manutenção e de ser

¹⁸ SHEEN, Maria Rosemary C. C. Recortes da história de uma universidade pública. O caso da Universidade Estadual de Maringá. Maringá: EDUEM, 2001.

deixado esse nível de ensino predominantemente a cargo da iniciativa privada. Atingindo as universidades federais quanto à compressão orçamentária, as universidades estaduais também são afetadas, por extensão.

Saviani aponta para o deslocamento do padrão do ensino superior que passa a se instituir sem o pressuposto da indissociabilidade em relação à pesquisa e que tem como consequência a queda da qualidade associada à deterioração das condições de trabalho e de salários dos professores. Ao denunciar as ameaças que incidem sobre as universidades públicas em geral, Saviani demonstra que essas ameaças atingem em cheio a Universidade Estadual de Maringá.

Os autores demonstram que é possível recuperar o processo histórico da criação e desenvolvimento de uma instituição e o fazem abordando aspectos distintos da realidade institucional. A análise do cenário político e das decisões tomadas refletem sua trajetória, suas dificuldades e opções. Para a organizadora da obra, Maria Rosemary Sheen, a UEM tem uma especificidade que não a torna exceção, mas que a caracteriza e diferencia entre tantas outras universidades públicas. A sua análise, através das suas particularidades, permite a compreensão de um processo que é mais amplo e reflete um comprometimento dos vários autores com a problemática da universidade pública.

Sheen, na apresentação da obra, tem a preocupação de esclarecer aos leitores que não foi guiada pela busca de homogeneidades teórico-metodológicas, mas “pela identificação dos registros concretamente existentes sobre a história da UEM”, acreditando que “a diversidade de registros, por si só, são manifestações da própria história que esta diversidade pretende narrar”. Para ela, a disposição dos textos obedeceu a um critério que procura atender à lógica de uma exposição que vai do mais universal para o mais particular, do contextual ao institucional.

Os autores dos textos (resultados de monografias, dissertações e teses) são sujeitos que, efetivamente, estiveram envolvidos com a defesa e a construção do projeto da UEM como universidade pública, o que caracteriza seus escritos como reflexos de suas experiências e lutas. A leitura da obra permite afirmar que, embora envolvidos com o processo histórico da instituição, os autores mantiveram a necessária atitude crítica, contribuindo com o entendimento de uma instituição, que é produto da própria história e que corresponde às necessidades concretas dos homens.

Autora do primeiro texto – *Estado e Educação no Brasil: Análise histórica do contexto de criação das universidades estaduais do Paraná na década de 60* –, Sheen reconstituiu o contexto histórico de criação das primeiras universidades estaduais do Paraná, nos anos 1960 e tem como preocupação central compreender as características de que se revestiu a luta pela conquista e exercício da hegemonia, no Brasil e no Paraná. O suposto de seu trabalho é que a política educacional deve ser entendida e analisada como momento de hegemonia e, nesse sentido, como parte do processo mais amplo da luta de classes. Na sua compreensão, a política educacional resulta de dois momentos distintos: o momento do processo, de elaboração da tendência hegemônica, e o momento do produto, da materialização da política, expressa em leis, planos, etc.

Buscando entender a conjuntura de 1964, a autora retrocede aos anos 30, localizando ali as raízes da crise de hegemonia da década de 60 e que acabou por processar o reordenamento das instituições básicas da sociedade, adaptando-as às exigên-

cias do novo estágio do capitalismo – o capitalismo monopolista. Para conquistar e preservar o poder, foram adotadas medidas voltadas ao exercício da *dominação* e à obtenção do *consenso*, através da ação nos aparelhos privados de hegemonia, sendo que a escola constituiu um desses aparelhos.

Ao longo do trabalho, a autora demonstra que a partir da década de 1950, a sociedade civil começava a reivindicar reformas de base; os movimentos em prol da reforma da universidade brasileira se intensificaram, ganhando dimensão de movimento social na década de 60, adquirindo a consistência de “vontade coletiva”¹⁹. No entanto, a Reforma Universitária de 1968, conforme idealizada pelos setores que deveriam promovê-la, foi violentamente reprimida pela Ditadura Militar, que absorveu esse movimento, esvaziando-o no conteúdo político e reduziu os problemas das universidades a questões de racionalização administrativa.

É no contexto histórico da Reforma Universitária de 68 que se desenvolve a história da criação da UEM, também abordada pelos demais autores desta coletânea.

Os autores demonstram que foram vários os fatores que influenciaram no processo de criação da UEM:

a) o panorama político e econômico – fruto das contradições que puseram fim ao populismo e que emergiram com a intensificação do processo de industrialização e expansão do capitalismo – culminou com a conquista do aparelho do Estado pelo novo bloco no poder, denominado por Sheen de “multinacional e associado” e que significou a aliança da burguesia ao capital externo. (Sheen, 15-33; Dias, 235; Wanderley, 62; Montagnari, 119).

Maringá nasceu do pioneirismo que ocupou a região. Sua fundação data de 1947, período em que o Paraná começa a se situar como um dos Estados mais desenvolvidos do país, que teve sua expansão capitalista, com a existência de três regiões econômicas diferentes, obedecendo à lógica do desenvolvimento desigual e antagônico, o que demandou esforços governamentais no sentido da sua integração econômico-política.

Com a crise da cultura cafeeira, na década de 60, foram tomadas medidas de diversificação agrícola e de incentivo à industrialização, sendo que essa redefinição econômica teve grande importância na recomposição da hegemonia econômica, política e ideológica, na tentativa de manter unido o bloco histórico.

b) até a década de 60, o Estado do Paraná contava apenas com a Universidade Federal do Paraná. Aliada à idéia de ‘interiorização’ que dava sustentação ao governo Paulo Pimentel, estavam os setores da sociedade interiorana, que contavam apenas com faculdades isoladas; pleiteando a sua universidade. (Sheen, 31-41; Wanderley, 59-64; Montagnari, 119; Dias, 235).

c) movida pelas mudanças no panorama econômico, a população urbana começa a aumentar, provocando a necessidade de maior volume de serviços básicos, entre eles, a educação. A população que vinha do campo para a cidade via no estudo uma oportunidade de mobilidade social. (idem).

¹⁹ A autora refere-se a Florestan Fernandes, que considera que o movimento da Reforma Universitária ganhou dimensão de movimento social, na medida em que deixou de ser a “expressão de uma crítica social”, para ser “um querer social”, que corresponde ao que Gramsci chamou de “vontade coletiva”.

d) o fato de um município contar com uma unidade de ensino superior significava elevar-se ao status de município desenvolvido e gerava a concorrência com as cidades vizinhas.

e) a criação da Faculdade de Ciências Econômicas de Maringá, com a finalidade de atender ao desenvolvimento, em 31.08.1959. (Wanderley, 64).

f) a criação da Faculdade de Direito de Maringá, em 21.12.1965. (Wanderley, 68).

g) a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Maringá, em 24.12.1966. (Wanderley, 73).

Aliadas às condições de caráter político, econômico e ideológico, as faculdades supra mencionadas contribuíram, no final do ano de 1969, com as condições necessárias para a implantação da Universidade Estadual de Maringá, “alimentada pela idéia da universidade-empresa, traduzida em várias tentativas de privatização das universidades públicas e proliferação de instituições privadas de ensino superior.” (Montagnari, p. 124).

A Lei 6.034/69 autoriza o Executivo a criar, ao mesmo tempo, as três primeiras universidades estaduais do Paraná: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Maringá, instituída através do Decreto-lei 18.109/70, sob a forma jurídica de Fundação²⁰. A gratuidade do ensino nas universidades e faculdades estaduais do Paraná só ocorreu em 1987, através da Lei 8.675/87.

Sheen considera que, embora a criação das universidades estaduais do Paraná, na década de 60, através de uma mesma lei, tenha tido como respaldo legal a Reforma Universitária de 1968, também foi resultante da luta pela hegemonia no interior das classes dominantes do Estado. Essa idéia é compartilhada por outros autores da coletânea.

Em seu texto *Um estudo sobre objetivos na Universidade Estadual de Maringá*, Terezinha Wanderley retoma os antecedentes históricos da instituição e confronta os objetivos proclamados através da legislação com os objetivos reais que foram sendo postos pelos grupos e lideranças que construíram a história da UEM. A autora demonstra que, dentre os professores contratados para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Maringá, estava o professor Pasquinelli, que desde que assumiu a direção da Faculdade demonstrava preferência pela área tecnológica e deixando clara sua intenção de criar em Maringá um grande centro nessa área e depois transformá-lo em uma universidade voltada para a área tecnológica.

Para a autora, a criação da universidade tinha significados diferentes para as partes envolvidas: um grupo de professores queria criar a universidade e fazê-la ser governada por um de seus membros; uma parte do governo e alguns empresários viam a universidade como fator de desenvolvimento da região e, para parte da classe média, a universidade era um meio de preencher a lacuna deixada pela mudança na economia, vendo na escola um canal de ascensão social para seus filhos.

²⁰ Para Sheen, a criação da universidade sob essa forma jurídica privilegiava a forma organizacional para a expansão do ensino superior e deixava à livre escolha das instituições a serem criadas, a forma jurídica a ser adotada (autarquia, fundação ou associação). Isso representava uma tendência (real ou dissimulada) à privatização do ensino, através da cobrança de anuidades e de outras taxas escolares aos estudantes.

Montagnari, no texto *Entre Trotes e Bailes*, traça o histórico da instituição e o seu eixo central são as manifestações artísticas e culturais, em especial as atividades de extensão universitária, com privilégio para a atuação cultural da UEM. O autor denomina essas atividades culturais de terceira função acadêmica e considera que elas são encaradas como simples apêndice, compondo o lado clandestino da vida universitária pois oferecem a impressão de atender a todos, mas, na verdade, apenas perpetuam uma relação onde apenas uns poucos produzem para que a maioria consuma. Para Montagnari, “é tradição nas universidades públicas brasileiras, a demarcação de espaços que respondem, do ponto de vista administrativo, pela vida cultural na ou da academia” e esses espaços são embutidos em Pró-Reitorias de Extensão Universitária.

A hipótese que orientou seu trabalho foi a de que a “necessidade de uma extensão universitária é, em si mesma, sinal manifesto da inadequação de uma instituição que, mediante suas atividades básicas, ensino e pesquisa, não consegue se comprometer com a transformação de sua própria realidade e, por extensão, da realidade na qual está inscrita”.

Justificando o entendimento de que os cursos de extensão não são para todos, mas para aqueles que já estão com um pé no circuito acadêmico, o autor afirma que a cultura é um canal de encontros e lugar da festa, mas é também uma região de formas dinâmicas, criativas e mutáveis: “reduo último da invenção e construção da diferença”.

O autor do quarto texto – *Projeto político-pedagógico dos cursos de graduação: projeto indefinido ou encoberto? Universidade Estadual de Maringá* –, Jean Vincent M. Guhur, buscou identificar e caracterizar (considerando as diferenças entre o proclamado e o real) o projeto político-pedagógico dos cursos de graduação na UEM, no período de 1976 a 1979. Para Guhur, a universidade goza de uma certa autonomia e, enquanto instituição social histórica, sua relação com a sociedade vem assumindo configurações diversas; “ela busca consolidar sua função crítica enquanto princípio fundante ou marca diferenciadora, mas exerce concomitantemente funções de adaptação e de reprodução, tidas, em certos momentos ou contextos, como únicas fontes legitimadoras de sua razão de ser”.

O autor entendeu que, dentro do espaço da relativa autonomia que caracteriza a universidade, suas práticas refletem um modelo de homem e de sociedade que ela privilegia, ainda que na descrição dos seus objetivos isso não esteja explicitamente definido, isto é, na forma de um projeto, e portanto, tornava-se necessário apreender o projeto “em ação”, na condução das atividades de ensino de graduação no período recortado.

Hilka Pelizza Vier Machado, autora de *A formulação de políticas na UEM – uma análise do período: 1978 a 1990*, traz o olhar de um sujeito que desempenhou várias atividades na universidade: estudante, estagiária, bolsista, funcionária e professora, o que lhe permitiu investigar o processo decisório da UEM, em nível dos conselhos superiores²¹, que são, estatutariamente, os responsáveis pela definição das políticas da Instituição.

²¹ Os Conselhos Superiores foram instituídos na estrutura das universidades brasileiras com a Reforma Universitária de 1968 e são órgãos de deliberação, com função legislativa.

Na compreensão da autora, a formulação das políticas da UEM foi o resultado de um processo de pressões e interesses de grupos, que agiram sobre os tomadores de decisões, gerando um cenário de articulações e arranjos. O estudo demonstra que a realidade educacional brasileira, em nível de terceiro grau, produziu seus desdobramentos na formulação de políticas da UEM. A falta de planos educacionais em nível federal ocasionou constantes conflitos entre a UEM e o Governo do Estado do Paraná, que a cada momento assumia uma posição diferente no tocante às políticas estaduais de ensino superior.

Para a autora, a escola está sempre expressando um conflito de interesses e, na medida em que a UEM foi se fortalecendo em termos de pesquisa, aumentando seu quadro de pessoal e ampliando sua área de atuação, a pressão exercida pela ação de grupos externos e comunidades locais foi perdendo sua força e gerando um novo cenário articulado para a formulação de novas políticas.

Reginaldo B. Dias escreveu sobre *O movimento estudantil da UEM e a luta pela universidade pública, democrática e gratuita* e se preocupou em demonstrar que a UEM não foi criada com suas características atuais de gratuidade do ensino, o que contribuía para maior elitização da universidade. Para Dias, a liberdade de expressão e organização dos estudantes foi limitada, durante muito tempo, e a travessia para a situação atual materializou-se exigindo, em muitas ocasiões, choques com o conservadorismo presente no interior da universidade, tanto dos tempos de ditadura como dos primeiros tempos de abertura política.

Quando foi criada a UEM, já existiam movimentos estudantis ligados às faculdades que lhe deram origem. Historicizando, o autor demonstra que a ditadura militar promoveu uma ofensiva contra o movimento estudantil, extinguindo a UPE, a UNE criando novas entidades legalmente atreladas ao Estado, impondo limites à participação e organização estudantil e dando-lhe novos contornos. Para o autor, no comportamento do movimento estudantil de Maringá não prevaleceram posturas de resistência à ditadura e às suas políticas. Também não se encontram registros de participação dos estudantes no processo final de criação da universidade, bem como o questionamento sobre o perfil da universidade que seria criada.

O início de abertura política a partir de 1979 permitiu a criação dos DCEs e DAS e marcou a história do movimento estudantil da UEM, que passou a ser caracterizada em antes e depois do DCE, o que permitiu que aos poucos, os estudantes comesçassem a assumir as rédeas do processo que até então se desencadeara. O autor demonstra que, no seio do movimento estudantil, existe uma descontinuidade que faz com que o movimento pareça estar sempre “começando de novo”, mas que, não obstante esses traços de descontinuidade, houve acúmulo de lutas e de experiências, o que contribuiu, por exemplo, para a conquista da gratuidade do ensino e na democratização da UEM²².

O sétimo texto, de autoria de Ângelo Priori e José Maria de Oliveira Marques, trata de *A formação das entidades associativas e as greves de docentes e funcionários da Universidade Estadual de Maringá: 1980/1991*. Os autores demonstram que:

²² Para o autor, esse processo foi protagonizado também por professores e funcionários da UEM.

desde os anos 30 até a Constituição Federal de 1988, os funcionários públicos não tinham direito à sindicalização e nem podiam realizar greves, sendo que as suas entidades representativas não passavam de meras associações com o objetivo de oferecer opções de lazer aos seus associados;

na UEM, a estrutura verticalizada e centralizada da administração universitária suscitou questões políticas da prática acadêmica e estudantil, o que levou à necessidade de uma organização que pudesse encaminhar as reivindicações da categoria, surgindo assim a Associação de Docentes da Universidade Estadual de Maringá, a ADUEM, em 1978.

A categoria dos docentes também foi atingida pelo arrocho salarial e a ADUEM adquiriu um caráter sindical, constituindo-se em sindicato em 1984. O sindicato (Sinteemar) agia mesmo sem o amparo constitucional, engajando-se nas diversas greves salariais, pela gratuidade do ensino e democratização da universidade, pela reestruturação da carreira docente, pela melhoria da qualidade do ensino etc. Foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 09.07.85, quando passou a coordenar as lutas reivindicatórias das categorias docente e funcional. Para os autores, a falta de bons salários fez com que muitos profissionais competentes deixassem a UEM, e os que ficaram tiveram alguns motivos: não tinham para onde ir ou realmente acreditavam na Instituição, não medindo esforços para lutar e continuar nela.

A conclusão de Piori e Marques é que os governos estadual e federal não tiveram e continuam não tendo preocupação com o ensino superior, o que vai ao encontro do pensamento de Saviani, que, no último texto, nos presenteia com a pergunta e a resposta:

Se o socorro aos bancos estaduais é viável, apesar de implicar montantes superiores àqueles propostos para a educação, porque não seria o socorro às escolas, para tirá-las do estado de calamidade em que se encontram?

Para essa pergunta só há uma resposta: é uma questão de prioridade política. Bastaria que a educação fosse definida no âmbito governamental como prioridade número 1, e os recursos seriam disponibilizados sem nenhuma dificuldade. Mas para isso seria necessário que a lógica da formulação do plano de educação fosse guiada pela racionalidade social. Mas a lógica que presidiu a proposta de Plano Nacional de Educação do MEC é a da racionalidade financeira. Compreende-se, então, porque o socorro aos bancos tem precedência sobre o socorro às escolas (p. 336).

O conjunto dos textos apresentados nesta obra demonstra que a soma das forças e as condições históricas foram delineando o caminho e permitindo que a UEM adquirisse as características que hoje possui. A trajetória da UEM, criada no ano de 1970, foi afetada pela ação da política desenvolvida pela "ditadura do grande capital"²³, mediada pela condução dos militares e a conjugação dos inúmeros fatores históricos apresentados pelos autores e que demonstram que as condições objetivas para a criação dessa universidade já se encontravam amadurecidas.

A obra se revela de grande importância pelo resgate histórico que faz e contribui para preservar a memória das instituições escolares.

²³ Expressão utilizada por Otávio Ianni e referida por Sheen, p. 42.

A Universidade Estadual de Maringá foi pesquisada por vários autores. Os diferentes recortes foram analisados pelos sujeitos diretamente envolvidos no seu processo de organização e funcionamento através das informações encontradas em dissertações, teses, pesquisas e livros sobre Maringá e região, documentos oficiais e pesquisas empíricas realizadas na própria instituição.

Sheen faz o registro do processo histórico da UEM, como parte da história da sociedade e da conjuntura em que está inserida e afirma que é preciso olhar o passado não para enaltecê-lo ou condená-lo, mas para ao compreendê-lo, “percebermos com maior profundidade os dilemas do presente e, ao mesmo tempo, podermos vislumbrar as perspectivas atuais da universidade pública”.

Conhecer a trajetória da UEM é conhecer a história das universidades públicas brasileiras.